

VOZES QUE IMPORTAM: COMUNICAÇÃO, CONVIVÊNCIA E INCLUSÃO DE ALUNA COM DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR.

Marilene Garcia da Silva¹
Cassiane Pinto Pantoja²
Antonio Junior Ribeiro Lopes³

RESUMO

Este estudo analisa a importância da comunicação e da convivência no processo de inclusão de uma aluna com deficiência no cotidiano escolar. Fundamentado nos princípios da educação inclusiva e na perspectiva histórico-cultural, o trabalho parte da compreensão de que a inclusão vai além da matrícula, exigindo práticas pedagógicas sensíveis, mediação intencional e valorização das múltiplas formas de expressão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, realizada por meio de observação participante em uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental II, em uma escola pública de aplicação no município de Belém-PA. A investigação acompanhou uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando suas interações, estratégias comunicativas e processos de participação em sala de aula. Os resultados evidenciam que o uso de recursos como desenhos, atividades lúdicas, escuta ativa e diálogo acolhedor favoreceu a expressão emocional, o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Conclui-se que a comunicação constitui eixo estruturante da inclusão escolar, sendo fundamental para a construção de relações mais humanas, equitativas e participativas no ambiente educativo.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Comunicação; Convivência escolar; Transtorno do Espectro Autista; Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A comunicação constitui-se como um direito humano fundamental e um dos principais pilares para a participação social, a construção da identidade e o exercício da cidadania. No contexto educacional, ela assume papel ainda mais central, pois é por meio da comunicação que se estabelecem as relações pedagógicas, afetivas e sociais entre professores, alunos e a comunidade escolar. No entanto, nem todos os estudantes têm garantido o acesso pleno a processos comunicativos significativos, especialmente aqueles com deficiência, que historicamente enfrentam barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas no ambiente escolar.

Segundo a Declaração de Salamanca, a escola deve se organizar para atender a diversidade dos alunos, reconhecendo que “as diferenças humanas são normais e que a

¹Monitória da Educação Especial e Inclusiva, Estudante do Curso de Comunicação Social – Jornalismo, e-mail: ;

²Monitória da Educação Especial e Inclusiva, Estudante do Curso de Licenciatura em Química, e-mail: Cassianepantoja18@gmail.com;

³ Professor Substituto de Educação Especial e Inclusiva, Mestre em Administração, e-mail: anjrlopes@gmail.com

aprendizagem deve, portanto, ser adaptada às necessidades da criança” (UNESCO, 1994, p. 11). Nesse sentido, a educação inclusiva rompe com a lógica da homogeneização e passa a valorizar a singularidade de cada estudante, promovendo a participação efetiva de todos no processo educativo.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência reforça esse princípio ao afirmar que é dever do Estado, da família e da sociedade assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação de seus direitos, entre eles o acesso à educação em igualdade de oportunidades (BRASIL, 2015). No ambiente escolar, isso implica desenvolver práticas pedagógicas que considerem as necessidades específicas dos alunos e que promovam a comunicação como instrumento de mediação, aprendizagem e inclusão.

Para Mantoan (2015), a inclusão não se resume à matrícula do aluno com deficiência na escola regular, mas exige a transformação das práticas, das relações e das concepções pedagógicas. A autora destaca que “incluir é reconhecer o outro como sujeito de direitos e de possibilidades” (MANTOAN, 2015, p. 27). Assim, a comunicação torna-se elemento central para que a convivência escolar seja pautada no respeito, na escuta e na valorização das vozes historicamente silenciadas.

No cotidiano da sala de aula, o professor ocupa papel fundamental nesse processo, pois é ele quem media as interações, cria estratégias de ensino e estabelece vínculos com os alunos. De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais, sendo a linguagem o principal instrumento de mediação entre o sujeito e o mundo. Desse modo, práticas comunicativas sensíveis e inclusivas favorecem não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento emocional e social dos estudantes com deficiência.

Diante desse cenário, este estudo propõe refletir sobre a importância da comunicação e da convivência no processo de inclusão de uma aluna com deficiência no cotidiano escolar, a partir das experiências vivenciadas em sala de aula. Busca-se compreender como as práticas pedagógicas, as relações interpessoais e os modos de comunicação podem contribuir para o fortalecimento da participação, da autonomia e do sentimento de pertencimento da estudante no ambiente escolar.

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige mais do que o acesso físico do aluno com deficiência à sala de aula. É necessário garantir condições reais de participação, aprendizagem e pertencimento, o que passa, inevitavelmente, pela forma como a comunicação e a convivência são estabelecidas no cotidiano escolar. Nesse sentido, estudar a comunicação como instrumento de inclusão justifica-se pela sua centralidade nos processos educativos e sociais.

De acordo com a Declaração de Salamanca, as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou linguísticas, reconhecendo que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser ajustada às necessidades do aluno” (UNESCO, 1994, p. 11). Tal princípio reforça a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis, sensíveis e comprometidas com a diversidade.

No contexto brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão assegura que a educação da pessoa com deficiência deve ocorrer em sistema educacional inclusivo em todos os níveis, com oferta de recursos de acessibilidade e apoio necessário (BRASIL, 2015). Entretanto, a efetivação desse direito ainda enfrenta desafios no cotidiano das escolas, especialmente no que diz respeito à formação docente, às estratégias comunicativas e à construção de relações empáticas.

Para Mantoan (2015), a inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, na qual o foco deixa de ser a deficiência e passa a ser o sujeito em sua totalidade. A autora afirma que “incluir é não deixar ninguém fora da escola comum e aprender a conviver com as diferenças” (MANTOAN, 2015, p. 32). Nesse processo, a comunicação assume papel

fundamental, pois é por meio dela que se constroem vínculos, se promovem aprendizagens e se reconhecem as potencialidades dos estudantes.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998) destaca que o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais mediadas pela linguagem. Assim, práticas pedagógicas que favoreçam a comunicação, o diálogo e a escuta ativa contribuem diretamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos com deficiência.

Dessa forma, este estudo justifica-se pela necessidade de dar visibilidade às experiências vividas no cotidiano escolar com uma aluna com deficiência, evidenciando como a comunicação e a convivência podem favorecer processos inclusivos. Ao compartilhar essas vivências, pretende-se contribuir para a reflexão de professores e pesquisadores sobre práticas pedagógicas mais humanas, equitativas e comprometidas com a valorização das “vozes que importam”.

E o objetivo geral da pesquisa é analisar a importância da comunicação e da convivência no processo de inclusão de uma aluna com deficiência no cotidiano escolar, a partir das experiências vivenciadas em sala de aula. E os objetivos específicos são: compreender como a comunicação influencia as relações pedagógicas e sociais no contexto da inclusão escolar; identificar práticas pedagógicas que favorecem a participação e o desenvolvimento da aluna com deficiência; refletir sobre os desafios e as possibilidades da convivência inclusiva no ambiente escolar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvido por meio de pesquisa de campo. O lócus da investigação foi a Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA-UFPA), localizada na Avenida Perimetral, no bairro da Terra Firme, em Belém-PA. A instituição atende aos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos turnos da manhã e da tarde.

O estudo foi realizado no turno vespertino, especificamente em uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental II, na qual a pesquisadora atua como Profissional de Apoio Escolar (PAE), acompanhando uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela possibilidade de compreender, de forma aprofundada, as experiências, interações e práticas comunicativas vivenciadas no cotidiano escolar.

Os dados foram produzidos por meio de observação participante, considerando que a pesquisadora integra o contexto investigado. As observações concentraram-se nas interações da aluna com professores e colegas, nas estratégias pedagógicas adotadas e nas formas de comunicação utilizadas pela estudante para expressar sentimentos, ideias e compreensões acerca dos conteúdos trabalhados.

Durante o acompanhamento, observou-se que a aluna demonstra maior abertura para a comunicação e interação quando utiliza desenhos e atividades lúdicas como forma de expressão. Considerando que a linguagem verbal nem sempre constitui sua principal via comunicativa, foram adotadas estratégias que valorizam formas alternativas de expressão, respeitando suas especificidades.

Em situações de desregulação emocional — manifestadas por comportamentos como frustração, irritabilidade, tristeza ou choro silencioso — a intervenção pedagógica ocorreu por meio do diálogo acolhedor e da escuta ativa. Nessas ocasiões, buscou-se identificar os sentimentos da aluna, oferecendo o desenho como recurso mediador para favorecer a autorregulação e a expressão emocional.

Durante as explicações dos professores, a aluna foi incentivada a manter a atenção ao conteúdo, sendo posteriormente estimulada a representar, por meio de desenhos, os aspectos

que conseguiu compreender. Tal estratégia possibilitou que acompanhasse o ritmo da turma, respeitando seu tempo e sua forma particular de aprendizagem.

Nas atividades coletivas, foram utilizadas estratégias como linguagem clara e objetiva, organização das tarefas e incentivo à autonomia. A intervenção priorizou o apoio na organização e na orientação das atividades, evitando a superproteção. A aluna foi encorajada a participar das propostas, a escrever quando se sentisse segura e, quando desejasse, compartilhar suas produções com o grupo. Observou-se que, ao socializar seus desenhos, estes deixaram de ser uma atividade isolada e passaram a constituir ferramenta de interação e inclusão social.

Ressalta-se que o objetivo da mediação não foi realizar as atividades pela estudante, mas auxiliá-la no desenvolvimento de sua independência e participação ativa no contexto da sala de aula. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu analisar como a comunicação sensível, a escuta ativa e o uso de estratégias expressivas podem contribuir para a inclusão e o fortalecimento do sentimento de pertencimento da aluna no ambiente escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo. Tal perspectiva rompe com modelos tradicionais baseados na homogeneização e propõe uma escola que se reorganize para atender às necessidades de todos os estudantes. Conforme estabelece a Declaração de Salamanca, “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994, p. 6). Esse princípio reafirma que a inclusão não é um favor ou concessão, mas um direito assegurado internacionalmente.

No contexto brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) determina que a educação deve ocorrer em sistema inclusivo em todos os níveis, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem (BRASIL, 2015). Assim, a inclusão ultrapassa o simples ato de matricular o estudante com deficiência na escola regular, exigindo transformações estruturais, pedagógicas e atitudinais. Trata-se de uma mudança paradigmática que envolve toda a comunidade escolar.

Mantoan (2015) enfatiza que a inclusão escolar implica rever concepções cristalizadas sobre ensino e aprendizagem. Para a autora, “incluir é não deixar ninguém fora da escola comum e aprender a conviver com as diferenças” (MANTOAN, 2015, p. 32). Essa convivência pressupõe relações baseadas no respeito, na empatia e na valorização das singularidades. Nesse sentido, a comunicação assume papel central, pois é por meio dela que se constroem vínculos e se promovem aprendizagens significativas.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998) destaca que o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais mediadas pela linguagem. A linguagem, portanto, não é apenas instrumento de comunicação, mas elemento estruturante do pensamento e da aprendizagem. Ao considerar estudantes com deficiência, especialmente aqueles que apresentam formas diferenciadas de expressão, torna-se imprescindível ampliar as possibilidades comunicativas no ambiente escolar, reconhecendo múltiplas linguagens — verbal, visual, gestual e simbólica — como meios legítimos de participação.

No caso de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), as particularidades na comunicação e na interação social exigem práticas pedagógicas sensíveis e individualizadas. Embora cada sujeito apresente características próprias, é comum que a comunicação não verbal e os recursos visuais desempenhem papel significativo em seu processo de aprendizagem. Dessa forma, estratégias como o uso de imagens, desenhos e atividades lúdicas podem favorecer a expressão de sentimentos, ideias e compreensões, contribuindo para a construção da autonomia e do pertencimento.

Além disso, a convivência escolar constitui-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento socioemocional. A interação com colegas e professores possibilita a construção de habilidades sociais, o reconhecimento de limites e potencialidades e a formação da identidade. Conforme Vygotsky (1998), é na relação com o outro que o sujeito internaliza conhecimentos e desenvolve funções psicológicas superiores. Portanto, promover ambientes comunicativos acolhedores e inclusivos significa potencializar o desenvolvimento integral do estudante.

A atuação do professor e dos profissionais de apoio também se destaca nesse processo. Ao adotar práticas baseadas na escuta ativa, no diálogo e na mediação intencional, esses profissionais contribuem para a superação de barreiras atitudinais e pedagógicas. A mediação pedagógica, nesse contexto, não consiste em substituir o estudante em suas atividades, mas em oferecer suporte para que ele desenvolva independência e participação ativa, respeitando seu ritmo e suas formas próprias de expressão.

Dessa maneira, a fundamentação teórica que sustenta este estudo apoia-se na compreensão de que a inclusão escolar é um compromisso ético, legal e pedagógico. A comunicação e a convivência configuram-se como eixos estruturantes desse processo, pois possibilitam a construção de relações mais humanas e equitativas. Ao reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão da aluna com deficiência no cotidiano escolar, reafirma-se o princípio de que todas as vozes importam e devem ser ouvidas, respeitadas e legitimadas no espaço educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância da comunicação e da convivência no processo de inclusão de uma aluna com deficiência no cotidiano escolar, a partir das experiências vivenciadas em sala de aula. À luz do referencial teórico adotado e das observações realizadas no contexto investigado, foi possível compreender que a inclusão ultrapassa a dimensão legal e normativa, configurando-se como prática cotidiana que exige sensibilidade, compromisso ético e intencionalidade pedagógica.

Os resultados evidenciam que a comunicação constitui elemento estruturante do processo inclusivo, pois é por meio dela que se estabelecem vínculos, se constroem aprendizagens e se fortalece o sentimento de pertencimento. No caso analisado, a valorização de formas alternativas de expressão, como o desenho e atividades lúdicas, mostrou-se fundamental para ampliar as possibilidades de participação da aluna, respeitando suas especificidades e potencialidades. Tal constatação reafirma que práticas pedagógicas flexíveis e abertas à diversidade contribuem significativamente para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional do estudante com deficiência.

Observou-se, ainda, que a escuta ativa, o diálogo acolhedor e a mediação intencional desempenham papel decisivo na superação de barreiras atitudinais. A atuação do profissional de apoio e dos professores, quando orientada pela promoção da autonomia e não pela superproteção, favorece o protagonismo do estudante e fortalece sua autoconfiança. Nesse sentido, a convivência escolar revelou-se espaço potente de aprendizagem mútua, no qual todos os sujeitos — com e sem deficiência — são impactados pela experiência inclusiva.

Os objetivos propostos foram alcançados na medida em que se identificaram práticas comunicativas que influenciam positivamente as relações pedagógicas e sociais, bem como estratégias que favorecem a participação ativa da aluna no contexto da sala de aula. Também foi possível refletir sobre os desafios presentes no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à necessidade de formação continuada dos profissionais e à consolidação de uma cultura institucional verdadeiramente inclusiva.

Como limitação do estudo, destaca-se o fato de tratar-se de uma experiência situada em um contexto específico, o que não permite generalizações amplas. Entretanto, a análise realizada contribui para ampliar a compreensão sobre a centralidade da comunicação nos processos de inclusão e pode subsidiar novas pesquisas que investiguem diferentes realidades e práticas pedagógicas.

Conclui-se que a construção de uma escola inclusiva demanda mais do que o cumprimento de legislações: requer mudança de concepções, reorganização de práticas e valorização das múltiplas formas de expressão dos estudantes. Ao reconhecer e legitimar as “vozes que importam”, a escola reafirma seu papel social de promotora de equidade, respeito às diferenças e formação integral. Assim, comunicar, conviver e incluir tornam-se ações indissociáveis na consolidação de uma educação verdadeiramente democrática e humanizadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.